

**Resenha do livro:**

**MELO, Adriana Almeida Sales de. A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.**

**Resenha por:**

**Thaylla Soares Paixão\***

A obra de Adriana Almeida Sales de Melo é resultante de sua tese de doutorado intitulada “A mundialização da educação. O projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela”, defendida em 2003 na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A idéia central do livro resenhado é a de que houve uma mundialização da educação assentada na hegemonia norte-americana, a qual foi instrumentalizada por organismos internacionais, tais como, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambos condutores de reformas estruturais para a América Latina e Caribe. A mundialização da educação é parte integrante da nova fase de internacionalização e acumulação capitalista, processo histórico que Chesnais (1997) apud Melo (2004) denominou de mundialização do capital.

O objetivo da autora é investigar como as reformas educacionais ocorridas na América Latina e Caribe a partir da década de 1980, com destaque específico para o Brasil e a Venezuela, integraram o processo de condução de reformas econômicas, políticas e sociais neoliberais pertencentes à nova fase de internacionalização capitalista. Para respondê-lo, o livro foi organizado em quatro capítulos, são eles: (1) “O liberalismo nos anos 80. Uma década ganha para a mundialização do capital”; (2) “A América Latina e Caribe e a mundialização hegemônica do capital”; (3) “A mundialização da educação na América Latina e Caribe”; e (4) “O projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela. Hegemonia e contra-hegemonia”.

O primeiro capítulo explora a idéia de que existe um projeto neoliberal de sociedade, que se consolidou de formas específicas a partir dos anos 1970 no mundo, variando conforme o contexto e a correlação de forças presentes em cada território. Os primeiros países a programá-lo foram à Inglaterra em 1979, através do governo Margaret Thatcher, e os Estados Unidos da América (EUA) em 1980, com o governo Regan. A implantação de tal projeto modificou a vida de milhares de sujeitos e interferiu significativamente no planejamento e realização das políticas educacionais.

Segundo a autora, o neoliberalismo consiste num modo de organização social que (re) atualiza os argumentos do liberalismo clássico. Para aprofundar esta discussão, Melo (2004) faz um resgate histórico das origens e das mudanças contidas no liberalismo contemporâneo, assim, recupera as idéias de alguns intelectuais de revisão conservadora, dentre eles, as noções de Adam Smith e John Locke, bem como retoma a vertente neoliberal de Friedrich August Von Hayek e Rose Friedman, pensadores responsáveis por difundir os princípios “renovados” do liberalismo clássico para o século XX.

Para os intelectuais da revisão conservadora, verifica-se que ambos faziam a defesa acerca da liberdade do indivíduo, porém em medidas diferentes. Para Locke, a liberdade em vez de elemento de convivência social, seria um pressuposto ideológico, em que o Estado teria a função de organizar e gerir as relações para a formação de uma sociedade assentada na liberdade individual. Para Smith, por sua vez, o mercado configura-se na expressão mais eficiente da liberdade natural, devendo ser ele a base ordenadora da sociedade e não o Estado, visto que o governo interferiria de forma negativa sobre a “harmonia do mercado” (MELO, 2004, p.38) desequilibrando-o.

Hayek e Friedman resgatam os princípios do liberalismo clássico a partir de um viés renovado, o que ocorre com a noção de individualismo e de livre concorrência dos mercados. Destaca-se a obra de Hayek intitulada “O caminho da servidão” publicada em 1944 na Europa, numa conjuntura em que ocorria a reconstrução dos ‘estados-nacionais’ no período da Guerra Fria. Com relação às idéias de Friedman, cabe ressaltar que para o mesmo, a educação deve ser tratada como mercadoria, sendo de responsabilidade da família e não do Estado. O autor propõe um sistema privatizante de “desnacionalização da educação” (MELO, 2004, p.54), alegando que isso aumentaria a eficiência e diminuiria a ingerência do Estado.

Neste capítulo, Melo (2004) também discute acerca das profundas transformações advinda com o fim da II Guerra Mundial, assim ela fala sobre a consolidação do fordismo como base de acumulação capitalista, bem como discorre acerca da formação do consenso keynesiano, representado pelo Acordo de Bretton Woods - pacto decorrente da Conferência organizada pela Secretaria de Estado norte-americana em 1944, que convidou representantes mundiais “com o propósito de formular propostas definitivas para a criação de um Fundo Monetário Internacional e um possível Banco de Reconstrução e Desenvolvimento” (MELO, 2004, p. 61).

O fordismo e o keynesianismo aprofundaram o desenvolvimento do modo de produção social capitalista “envolvendo em seu movimento histórico as dimensões da ciência, vida e trabalho” (MELO, 2004, p. 63). Ambos criaram as condições para um novo tipo de liberalização do capital e do trabalho, que se propagou nos anos 1970 em todo mundo através do neoliberalismo, cujos fundamentos centrais são: (1) visão economicista; (2) foco nos interesses dos indivíduos e na liberalização do mercado; (3) redução das funções do Estado a uma administração mínima; e (4) restrição às formas de corporativismo e sindicalismo da classe trabalhadora.

O segundo capítulo aborda a discussão específica sobre o processo da mundialização hegemônica do capital na América Latina e no Caribe. Segundo Chesnais (1997) apud Melo (2004), tal processo contraditório e excludente diz respeito às formas do domínio social próprio de uma fase histórica, cujo marco consiste na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, momento em que as forças políticas anti-sociais dos países da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) imbricaram-se no movimento de liberalização, privatização e desregulamentação da economia.

Para oferecer ao leitor a dimensão da conjuntura histórica que envolve esta nova fase de internacionalização capitalista, Melo (2004) segrega este capítulo em três partes. Na primeira, a autora fala sobre os aspectos do desenvolvimento e da integração dos países latinoamericanos ao bloco capitalista, tendo os EUA como a potência hegemônica do capital. O livro reflete sobre os elementos do desenvolvimentismo que marcou tais países nos anos 1950 e 1960, afirmando que tais períodos foram caracterizados por uma industrialização intensa. A autora destaca a conjuntura brasileira e venezuelana neste contexto.

Na segunda, Melo (2004) discute acerca da crise da dívida ocorrida na década de 1970 e afirma que esta forneceu as condições para a implementação do neoliberalismo na América Latina e Caribe. Segundo a autora, tal crise de acumulação do capitalismo propiciou que os organismos internacionais promovessem em nossa região os chamados ajustes e as reformas para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Três sujeitos políticos coletivos são destacados pela autora para a condução internacional deste processo, quais sejam: Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); Fundo Monetário Internacional (FMI); e Consenso de Washington.

Na terceira parte, a autora destaca a reestruturação produtiva como um dos aspectos que caracteriza o atual regime de acumulação capitalista. Ela argumenta que com a ruptura do consenso keynesiano e com a superação do fordismo, modifica-se o processo de ocidentalização em âmbito mundial e, neste contexto, sobretudo na década de 1980, instaura-se um novo regime de acumulação, o qual Harvey (1992) apud Melo (2004) denominou de acumulação flexível. Este novo modelo organizativo dito flexível de trabalho se caracteriza pela incorporação de métodos mais racionalizados no âmbito da produção e pela introdução de tecnologias microeletrônicas no processo de trabalho. Ressalta-se que algumas das consequências advindas da acumulação flexível é o aumento do desemprego estrutural e o retrocesso do poder sindical (MELO, 2004).

O terceiro capítulo contempla uma discussão específica sobre a mundialização da educação. Melo (2004) demonstra que as reformas educacionais ocorridas entre os anos 1980 e 1990 na América Latina e Caribe, integraram o processo de reformas estruturais impulsionadas pelos organismos internacionais, tais como, o FMI e o BM, sendo elas decorrentes do projeto neoliberal. O foco da autora é explicitar a direção político-ideológica do BM e da Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (UNESCO) para o campo educacional, visto que tais organismos atuaram como condutores centrais dessas reformas educacionais.

Assim, nos anos supracitados, o BM e a UNESCO ampliaram de forma estratégica e integrada suas ações no campo das políticas sociais, principalmente no que diz respeito ao planejamento das políticas educacionais. Ambos atuaram na condução de uma agenda global para a educação para os países latinoamericanos, estando o pacto assentado no programa intitulado “Educação Para Todos”, cuja idéia central é a de que a educação consiste no eixo principal para a redução da pobreza e para o crescimento econômico de países. Cumpre registrar que tal programa caracteriza-se por ser seletivo para as massas, sendo específico para uma parcela da sociedade - classe trabalhadora - que realiza trabalho simples. Em essência, ele promove a restrição da educação básica e o aprofundamento das desigualdades sociais (MELO, 2004).

A agenda global foi lançada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Este evento foi realizado pelo BM em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e UNESCO. Os formuladores deste evento diziam ter por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação primária e afirmavam que isso seria possível a partir da concretização de três questões centrais, quais sejam: (1) melhoramento do ambiente de aprendizagem; (2) preparação e motivação de professores; e (3) melhor gerenciamento do sistema. Em suma, a referida conferência consistiu num espaço de difusão das idéias neoliberais, induzindo a uniformização das políticas educacionais na região da América Latina e Caribe (MELO, 2004).

O quarto capítulo consiste num desdobramento do anterior, em que a autora realiza uma discussão acerca das mudanças políticas educacionais ocorridas no Brasil e na Venezuela no contexto atual da mundialização do capital. Tais transformações estão em sintonia com o redirecionamento das reformas neoliberais dirigidas aos países dependentes, bem como com o programa “Educação Para Todos”.

Ao refletir sobre a realidade brasileira, tomando como base os anos finais do século passado e os iniciais deste século, a autora afirma que tal conjuntura foi marcada por embates entre classes e frações de classe na afirmação de projetos societários e de educação. Alguns exemplos da disputa de hegemonia e contra-hegemonia foram o intenso embate histórico entre a classe burguesa e a classe trabalhadora no processo de elaboração da constituição de 1988, a criação do “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, as

propostas antagônicas acerca do “Plano Nacional da Educação” – proposta da sociedade civil e proposta do Ministério da Educação (MEC)- e os projetos distintos da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação” – Projeto Otávio Elísio e Projeto Darcy Ribeiro.

Com relação específica a década de 1990, Neves (1999) apud Melo (2004) afirma que as modificações nas políticas educacionais brasileiras envolveram três fatores centrais, são eles: o desmonte do arcabouço normativo da estrutura e financiamento do sistema educacional brasileiro, as mudanças no contexto curricular e as formas de gestão. Segundo a autora do livro resenhado, o projeto neoliberal de sociedade e de educação foi implementado no Brasil no governo Collor de Melo, o que se comprovou através do lançamento da “Política Nacional de Educação Para Todos” e da criação do “Plano Decenal de Educação para Todos” em 1992 pelo MEC, ambos amparados numa perspectiva educacional dominante. Com o bloco no poder representado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), o projeto neoliberal ganha consistência e organicidade, se redirecionando a partir de uma condução social-democrata. Ocorre um processo de (re) funcionalização do Estado e o desmonte da nação, visto que o governo FHC empreendeu uma política de destruição do sistema de educação pública nacional.

Ao analisar a realidade venezuelana, Melo (2004) traz alguns marcos históricos que permeiam o contexto da Venezuela, como, por exemplo, destaca o fato de dois partidos políticos, a “Acción Democrática(AD)” e o “Comite Organizado Político Electoral Independiente (COPEI)”, disputarem o poder no período compreendido entre 1958 a 1999. Apesar de tais partidos trazerem propostas educativas aparentemente diversas, ambos introduzem programas fragmentados de educação e apoio a assistência à educação.

Cabe destacar, segundo a autora, que o projeto neoliberal foi implantado na Venezuela uma década mais cedo do que no Brasil, através da instituição da “Comissão para a Reforma do Estado (COPRE)” em 1984. Em 1993 é elaborado no campo educacional o “Plano Decenal de Educação”, que assim como no Brasil, seguiu a agenda comum imposta pelo BM e pela UNESCO, sendo decorrente do programa “Educação Para Todos”.

A título de conclusão, a autora retoma o conceito de mundialização do capital supracitado, explicitando que tal processo “aprofunda e consolida de novas formas a desigualdade social, a super-exploração do trabalho, as práticas de extermínio e a exclusão social, entre as classes sociais e também entre os países e regiões de nosso planeta” (MELO, 2004, p. 253). Afirma que a conformação das políticas educacionais ao processo de mundialização do capital envolveu conflitos entre distintos sujeitos políticos coletivos e destaca o caráter dual que a educação assume nas sociedades capitalistas, isto é, apesar dela está submetida aos interesses do capital, a educação também tem a potencialidade de colaborar para a reconstrução da soberania nacional, o que poderia ocorrer através da construção de um projeto de massas que priorize a socialização da riqueza, a partilha do poder e a aquisição por todos os cidadãos do saber historicamente acumulado.

Diante do exposto, afirma-se que a obra de Melo (2004) se mostra de grande pertinência e atualidade para a compreensão da totalidade da prática social contemporânea. O leitor é apresentado com explanações consistentes sobre as transformações econômicas, sociais e políticas mais recentes ocorridas no mundo, as quais trouxeram repercussões para o campo educacional, modificando seus princípios e finalidades ontológicas.

NOTAS:

\* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC)/UFJF. E-mail: thaylla\_soares@yahoo.com.br

**Referência:**

MELO, Adriana Almeida Sales de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela.** Maceió: EDUFAL, 2004.